ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO FINAL DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDUSTRIA NAVAL

Coordenador-Geral: Deputado João Paulo do PT

Membros efetivos

Deputada Débora Almeida

Deputado Diogo Moraes

Deputado Edson Vieira

Deputado Jarbas Filho

Deputado João Paulo Costa

Deputado Joaquim Lira

Deputado José Patriota

Deputada Rosa Amorim

Deputada Simone Santana

Deputada Socorro Pimentel

Sumário

1. APRESENTAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR 3

1.1. Constituição e justificativa 3

1.2 Composição 4

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E PRINCIPAIS ASPECTOS RELACIONADOS À INDUSTRIA NAVAL DE PERNAMBUCO 5

3. DAS REUNIÕES 7

3.1. Reunião de instalação 8

3.2. Primeira Reunião Ordinária 9

3.3 Audiência Pública 11

4. CONCLUSÕES DA FRENTE PARLAMENTAR 14

4.1. Recomendações da Frente Parlamentar 16

1. APRESENTAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR

1.1. Constituição e justificativa

A Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval em Pernambuco tem origem no Requerimento nº 1957/2024, aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco em 24 de abril de 2024, sendo formalmente instituída por meio do Ato nº 1.309/2024.

Nos termos do art. 282-A do Regimento Interno da Alepe, seu prazo de funcionamento é de até dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

A criação dessa Frente Parlamentar justifica-se diante da relevância estratégica da indústria naval para a economia estadual. Trata-se de um setor de grande impacto na geração de empregos, na dinamização da cadeia produtiva e no desenvolvimento regional, especialmente em áreas portuárias e industriais. Contudo, apesar de sua importância econômica e social, a indústria naval enfrenta desafios estruturais significativos para sua consolidação em Pernambuco.

Por sua própria natureza, o setor é altamente sensível aos ciclos econômicos e à instabilidade política, fatores que influenciam diretamente o volume de encomendas, investimentos e financiamentos.

No contexto pernambucano, soma-se a isso a forte concorrência internacional, especialmente com estaleiros estrangeiros situados em países que dispõem de mão de obra mais barata e políticas industriais mais agressivas e favoráveis, o que coloca o estado em posição de desvantagem competitiva.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível adotar uma estratégia consistente de fortalecimento da competitividade global da indústria naval pernambucana, baseada em investimentos consistentes em infraestrutura logística e industrial, modernização tecnológica dos estaleiros, inovação nos processos produtivos, qualificação contínua da mão de obra e ampliação da capacidade de gestão e governança do setor. Soma-se a isso a necessidade de intensa articulação institucional voltada à atração de novos contratos, diversificação de mercados e estabelecimento de parcerias estratégicas que garantam maior previsibilidade e sustentabilidade à cadeia produtiva naval.

Nesse contexto, a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval revela-se claramente relevante, na medida em que se constitui como espaço permanente de articulação política e institucional. Por meio dela, viabiliza-se a construção de propostas, o acompanhamento e aprimoramento de políticas públicas, bem como a integração de esforços entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo, o setor produtivo, as instituições de ensino e a sociedade civil organizada, com vistas a consolidar a indústria naval como vetor estruturante do desenvolvimento econômico, da geração de emprego qualificado e do fortalecimento industrial do Estado de Pernambuco.

1.2 Composição

Na forma do art. § 4º do art. 359 do Regimento Interno da Alepe, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Deputado Álvaro Porto, deferiu o Requerimento nº 1377/2023, por meio do Ato nº 1.309/2024, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Legislativo no dia 24 de abril de 2024.

O referido ato valida a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval em Pernambuco, tendo como coordenador-geral o Deputado João Paulo do PT, ficando assim a composição do colegiado:

MEMBROS EFETIVOS

Deputado João Paulo do PT (coordenador-geral)
Deputada Débora Almeida
Deputado Diogo Moraes
Deputado Edson Vieira
Deputado Jarbas Filho
Deputado João Paulo Costa
Deputado Joaquim Lira
Deputado José Patriota
Deputada Rosa Amorim
Deputada Simone Santana
Deputada Socorro Pimentel.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E PRINCIPAIS ASPECTOS RELACIONADOS À INDUSTRIA NAVAL DE PERNAMBUCO

A indústria naval em Pernambuco ocupa posição estratégica no contexto do desenvolvimento econômico regional e nacional, especialmente em razão da localização geográfica privilegiada do estado e da existência do Complexo Industrial Portuário de Suape, no litoral sul.

A consolidação do polo naval pernambucano ocorreu principalmente a partir da segunda metade dos anos 2000, impulsionada por políticas federais de incentivo à construção naval e pela expansão da indústria de petróleo e gás no Brasil.

O principal marco dessa retomada foi a instalação do Estaleiro Atlântico Sul (EAS), inaugurado em 2010, no município do Cabo de Santo Agostinho. Considerado um dos maiores estaleiros do hemisfério sul à época de sua inauguração, o empreendimento foi responsável pela construção de navios petroleiros do tipo Suezmax e plataformas para a Petrobras, inserindo Pernambuco no mapa da indústria naval pesada nacional. O estaleiro chegou a empregar, direta e indiretamente, dezenas de milhares de trabalhadores no auge de suas operações.

Outro empreendimento relevante foi o Estaleiro Vard Promar, também instalado em Suape, voltado inicialmente à construção de embarcações de apoio marítimo, gaseiros e navios especializados. A presença desses dois grandes estaleiros contribuiu para a formação de uma cadeia produtiva local, envolvendo fornecedores de aço, serviços de engenharia, logística, manutenção industrial e qualificação profissional, com impactos significativos na economia regional.

No período de maior expansão, entre 2010 e 2014, a indústria naval brasileira chegou a empregar mais de 80 mil trabalhadores em todo o país, sendo Pernambuco um dos polos mais relevantes fora do eixo Rio de Janeiro–São Paulo. Em Suape, o setor naval foi responsável por parcela expressiva da geração de empregos industriais e da arrecadação tributária estadual, além de estimular a interiorização de investimentos e o fortalecimento da infraestrutura logística.

Entretanto, a partir de 2015[1], o setor enfrentou forte retração, decorrente da crise econômica nacional, da queda nos investimentos da Petrobras e da redução das encomendas de navios e plataformas. A paralisação e o cancelamento de contratos impactaram diretamente os estaleiros pernambucanos, resultando em demissões em massa e na ociosidade de estruturas industriais de grande porte.

Além da instabilidade macroeconômica, a indústria naval é altamente dependente de políticas industriais consistentes, acesso a financiamento de longo prazo e previsibilidade regulatória. A competição internacional também representa desafio relevante, especialmente com países asiáticos que operam com custos de produção mais baixos, elevada escala e forte subsídio estatal, o que pressiona a competitividade dos estaleiros brasileiros.

Apesar das dificuldades, Pernambuco mantém ativos estratégicos importantes: infraestrutura portuária consolidada em Suape, área industrial disponível, mão de obra já qualificada em construção naval pesada e tradição recente no setor. O Complexo de Suape continua sendo um dos principais polos logísticos do Nordeste, com movimentação anual de milhões de toneladas de cargas e localização estratégica próxima às principais rotas marítimas do Atlântico Sul.

Nos últimos anos[2], discute-se a reativação da indústria naval pernambucana por meio da diversificação de atividades, incluindo construção e manutenção de embarcações de médio porte, apoio offshore, energias renováveis (como estruturas para eólicas offshore) e serviços de reparo naval. Essa diversificação pode reduzir a dependência exclusiva de grandes encomendas da indústria de petróleo e ampliar a sustentabilidade do setor.

A retomada do setor também depende da articulação entre governos estadual e federal, instituições financeiras, setor privado e parlamento, com foco na formulação de políticas públicas de estímulo, incentivos fiscais equilibrados, qualificação profissional contínua e atração de novos investidores. A previsibilidade contratual e a segurança jurídica são elementos essenciais para recuperar a confiança do mercado.

---

[1]Disponível em: https://www.portosenavios.com.br/noticias/ind-naval-e-offshore/industria-naval-ameacada-em-pernambuco. Acesso em 10 de março de 2026.

[2] Disponível em: https://fup.org.br/frente-parlamentar-articula-acao-em-defesa-da-retomada-da-industria-naval-em-pernambuco/ Acesso em 10 de março de 2026

Assim, a indústria naval em Pernambuco representa não apenas um setor produtivo específico, mas um vetor estratégico de desenvolvimento regional, capaz de gerar empregos qualificados, fortalecer a base industrial do estado e integrar Pernambuco às cadeias globais de produção marítima. Sua consolidação e modernização exigem planejamento de longo prazo, inovação tecnológica e coordenação institucional permanente.

3. DAS REUNIÕES

A Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval em Pernambuco, tendo em vista sua finalidade institucional de articular, acompanhar e fortalecer políticas públicas voltadas ao setor naval, bem como no exercício de sua missão fiscalizadora e propositiva, desenvolveu seus trabalhos no período compreendido entre abril de 2024, data de sua formal instituição por meio do Ato nº 1.309/2024, e a data de aprovação do presente Relatório Final.

Durante esse período, o colegiado promoveu reuniões de instalação, reuniões ordinárias e audiência pública, nas quais foram ouvidos diversos setores, como representantes do governo federal e estadual, dirigentes da Transpetro e do Sistema Petrobras, representantes dos estaleiros instalados no Complexo Industrial Portuário de Suape, lideranças sindicais, especialistas da área de engenharia naval, representantes de instituições de ensino superior e integrantes da bancada federal pernambucana.

Os debates tiveram como foco a análise do cenário atual da indústria naval no Estado de Pernambuco, os impactos da retração do setor nos últimos anos, os entraves financeiros e regulatórios à retomada das atividades produtivas, bem como as perspectivas de novos contratos vinculados ao programa de renovação da frota nacional. Também foram discutidas estratégias de articulação institucional junto ao governo federal, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a outros órgãos estratégicos, com vistas à viabilização de financiamento, previsibilidade de encomendas e fortalecimento da competitividade dos estaleiros pernambucanos.

As contribuições colhidas ao longo das reuniões evidenciaram a necessidade de planejamento industrial de longo prazo, coordenação federativa e adoção de medidas estruturantes voltadas à diversificação produtiva, inovação

tecnológica e qualificação profissional. A participação dos diversos atores institucionais e sociais encontra-se devidamente registrada na presente seção, refletindo o caráter democrático, técnico e colaborativo dos trabalhos desenvolvidos pela Frente Parlamentar.

3.1. Reunião de instalação

Data: 21/05/2024

No Plenarinho I do Edifício Miguel Arraes, sede da Assembleia Legislativa de Pernambuco, em 21 de maio de 2024, foi realizada a reunião de instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval em Pernambuco, conforme convocação nos termos do § 1º do art. 360 do Regimento Interno desta Casa Legislativa. A reunião foi presidida pelo coordenador-geral da Frente, Deputado T do PT (PT), autor do requerimento de criação do colegiado.

Compuseram a mesa de abertura as seguintes autoridades e representantes institucionais: Ana Paula Vasconcelos, gerente de Pesquisa e Prospectiva do Senai/PE; Dr. Silvio Melo, chefe do Departamento de Engenharia Mecânica do CTG/UFPE e diretor da Regional Nordeste da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (Sobena); Diego Leberalino, representante da Federação Única dos Petroleiros; José Sinésio Pontes Júnior, representante do Sindicato dos Petroleiros de PE/PB; Tanielle Cavalcanti, diretora do Estaleiro Atlântico Sul; Henrique Gomes do Nascimento, diretor-presidente do Sindmetal-PE; Carlos Santana, secretário executivo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco; Maria Auxiliadora de Souza, representante do deputado federal Carlos Veras; e Abinadabe Santos de Lima, representando a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT).

Na sequência, o coordenador-geral registrou os parlamentares integrantes da Frente Parlamentar: Débora Almeida, Diogo Moraes, Edson Vieira, Jarbas Filho, João Paulo Costa, Joaquim Lira, José Patriota, Rosa Amorim, Simone Santana e Socorro Pimentel. Em seguida, proferiu discurso destacando a relevância estratégica da indústria naval para Pernambuco, especialmente quanto à geração de emprego, renda e desenvolvimento regional.

Durante a solenidade, foi exibido vídeo do deputado federal Carlos Veras, no qual ele manifestou apoio à iniciativa e reafirmou o compromisso de contribuir com as ações da Frente Parlamentar. Ato contínuo, foi franqueada a palavra aos

membros da mesa, que, de forma unânime, ressaltaram o potencial da retomada da indústria naval como vetor de crescimento econômico, lembrando o impacto positivo anteriormente experimentado pelo estado em períodos de maior atividade do setor.

Ao final, após as considerações dos participantes, ficou deliberada a realização, no mês de agosto do corrente ano, de visita institucional ao Estaleiro Atlântico Sul, com a participação dos deputados membros da Frente, representantes das universidades, do Sistema S e da imprensa, com o objetivo de dar visibilidade às ações do colegiado e reforçar a importância da reativação e fortalecimento da indústria naval em Pernambuco.

3.2. Primeira Reunião Ordinária

Data: 14/10/2024

A primeira reunião ordinária da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval em Pernambuco contou com a participação de parlamentares estaduais e federais, representantes da Transpetro e da Petrobras, membros do governo do estado, dirigentes sindicais, representantes de estaleiros, lideranças acadêmicas e integrantes de entidades nacionais ligadas ao setor naval. Compuseram a mesa de trabalhos a senadora Teresa Leitão; o deputado federal Carlos Veras; o gerente executivo da Transpetro, Roni Barbosa; o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti; o coordenador do curso de Engenharia Naval da Universidade Federal de Pernambuco, Adriano Dayvson Ferreira; o diretor da Federação Única dos Petroleiros, Joacir Pedro; o secretário-geral da CUT-PE, Hélcio Pereira; a representante do Estaleiro Atlântico Sul, Tanielle Cavalcanti; o presidente do Sindipetro PE/PB, José Sinésio Pontes Júnior e o representante da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), Abinadabe Lima, além de outras autoridades e convidados.

Conforme convocação realizada nos termos do § 1º do art. 360 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco, a reunião ocorreu em 14 de outubro de 2024, no Auditório Ênio Guerra, no Edifício Miguel Arraes, sob a coordenação-geral do Deputado João Paulo do PT (PT).

Também foi registrada a presença de Roberta Alcoforado, representante da Universidade de Pernambuco (UPE), bem como de Eduardo Santos e Tarsila Gomes, representantes da Petrobras.

Após a abertura dos trabalhos, foi exibido vídeo do deputado federal Alexandre Lindenmeyer, presidente da Frente Nacional em Defesa da Indústria Naval Brasileira, que parabenizou a iniciativa pernambucana e destacou a importância da retomada do setor em âmbito nacional. Na sequência, o secretário executivo da Frente Nacional, Luciano Gonçalves, ressaltou que o trabalho iniciado em 2023 já produziu resultados relevantes, mas enfatizou a necessidade de fortalecimento da pauta em todos os estados da Federação, por meio de articulação política permanente. Colocou, ainda, a Secretaria Executiva da Frente Nacional à disposição para apoiar futuras atividades e eventos em Pernambuco.

Em sua fala inicial, o coordenador-geral da Frente, Deputado João Paulo do PT, saudou os presentes e manifestou satisfação em recebê-los na Casa do Povo de Pernambuco. Destacou que a criação da Frente Parlamentar decorreu da importância estratégica do setor e também de solicitação do deputado federal Carlos Veras, vice-presidente da Frente Nacional. Ressaltou a aprovação unânime do colegiado na Assembleia Legislativa e o apoio integral das bancadas estaduais e federais do Partido dos Trabalhadores, bem como o compromisso dos senadores Teresa Leitão e Humberto Costa com a pauta.

Dando início às exposições técnicas, o gerente executivo da Transpetro, Roni Barbosa, agradeceu o convite e apresentou panorama institucional da empresa, subsidiária da Petrobras especializada em logística de petróleo, gás e biocombustíveis, atendendo mais de 180 clientes privados além da estatal. Ele detalhou a infraestrutura da companhia e destacou seu compromisso ambiental, mencionando a redução de 8% nas emissões de gases de efeito estufa, bem como iniciativas voltadas à transição energética.

Roni Barbosa apresentou, ainda, o Programa de Renovação e Ampliação da Frota da Transpetro, que prevê a aquisição de 25 navios de cabotagem, dos quais 16 integram o plano estratégico da Petrobras para o biênio 2024-2025. Segundo explicou, o objetivo é ampliar a capacidade logística nacional, priorizando segmentos com baixa disponibilidade de embarcações no mercado. A nova frota, além de expandir a capacidade operacional, deverá reduzir em até

30% as emissões de gases de efeito estufa, fortalecendo tanto a Transpetro quanto a indústria naval brasileira.

Na sequência, a senadora Teresa Leitão destacou a relevância do debate sobre a recuperação da Petrobras, da Transpetro e do setor naval brasileiro, mencionando os impactos negativos decorrentes da Operação Lava Jato e de gestões anteriores. Defendeu a retomada estruturada da indústria naval e do setor de petróleo e gás, enfatizando a necessidade de articulação entre União, estados e municípios. Ressaltou também a importância da participação do movimento sindical, da academia e do Poder Legislativo na fiscalização e acompanhamento das políticas públicas voltadas ao setor. Ao final, recordou o período de expansão da indústria naval durante os governos Lula e Dilma, defendendo a recuperação desse legado.

O deputado federal Carlos Veras, por sua vez, cumprimentou as lideranças presentes e reforçou o papel estratégico da Frente Parlamentar estadual, sob a liderança do Deputado João Paulo do PT. Destacou o compromisso de Pernambuco com a reconstrução da indústria naval brasileira, reconhecendo a importância das centrais sindicais e do movimento dos trabalhadores na consolidação desse projeto. Manifestou confiança na condução do governo federal para reconstrução do setor e reafirmou seu compromisso de continuar defendendo a pauta no Congresso Nacional.

Os demais integrantes da mesa reiteraram a importância da retomada das atividades dos estaleiros pernambucanos, destacando os impactos positivos na geração de empregos, no fortalecimento da cadeia produtiva e no desenvolvimento econômico regional.

Encerrando os trabalhos, o coordenador-geral agradeceu a presença de todos, reafirmou o compromisso da Frente em acompanhar de perto as ações do governo do estado e do governo federal relacionadas ao setor e destacou a necessidade de monitoramento permanente dos processos licitatórios em curso, a fim de garantir que Pernambuco seja contemplado nas novas encomendas e retome seu protagonismo na indústria naval brasileira.

3.3 Audiência Pública

Data: 12/05/2025

A audiência pública promovida pela Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval em Pernambuco, convocada em Diário Oficial do dia 24 de abril de 2025, reuniu, no Auditório Sérgio Guerra da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), parlamentares estaduais e federais, representantes do governo do estado, dirigentes da Transpetro, representantes dos estaleiros instalados no Complexo Industrial Portuário de Suape, prefeitos de municípios impactados pela atividade naval, professores de engenharia naval, representantes de universidades e institutos federais, além de lideranças sindicais dos Petroleiros e dos Metalúrgicos, consolidando um amplo espaço de diálogo institucional sobre os desafios e perspectivas do setor.

A Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval em Pernambuco anunciou que irá agendar reuniões com o Ministério da Casa Civil e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de tratar da retomada das atividades dos estaleiros pernambucanos. A iniciativa foi comunicada pelo deputado estadual João Paulo do PT (PT), coordenador do colegiado, durante a referida audiência pública.

O encaminhamento ocorre no contexto do prazo final da licitação promovida pela Transpetro, subsidiária da Petrobras, para a construção de oito navios. A concorrência, que receberá propostas até o dia 19 deste mês, está dividida em dois lotes: um com cinco embarcações destinadas ao transporte de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e outro com três navios aptos a transportar tanto GLP quanto amônia.

Durante a audiência, representantes dos estaleiros instalados no Complexo Industrial Portuário de Suape – Tanielle Cavalcanti, do Estaleiro Atlântico Sul, e Daianna Souza, do Vard Promar – ressaltaram a capacidade técnica, operacional e tecnológica das empresas locais para atender às demandas do setor naval. Contudo, ambas informaram que ainda não há definição quanto à participação das respectivas unidades industriais no certame.

Para o deputado João Paulo do PT, a retomada da indústria naval exige forte mobilização política e articulação institucional. Segundo ele, os estaleiros enfrentam entraves relacionados a negociações em curso com o BNDES, o que tem dificultado a participação nas licitações e retardado a reativação do setor em Pernambuco. Ainda que reconheça o prazo exíguo da concorrência atual, o

parlamentar avaliou que o esforço de articulação é fundamental para viabilizar contratos futuros e restabelecer a previsibilidade da atividade industrial.

A audiência integrou a agenda institucional da Frente Parlamentar ao longo de 2024 e teve como objetivo aprofundar o debate sobre a retomada do setor naval em Pernambuco, especialmente diante da paralisação e da redução das atividades nos estaleiros do entorno de Suape, que historicamente desempenham papel estratégico na economia estadual.

Em sua exposição, o diretor de Transportes Marítimos da Transpetro, Jones Soares, destacou o potencial da indústria naval para geração de empregos e dinamização econômica. Segundo ele, o programa de construção de navios da Petrobras e de suas subsidiárias já contabiliza 44 encomendas, totalizando aproximadamente R$ 23 bilhões em investimentos e com potencial de gerar cerca de 44 mil postos de trabalho em todo o país.

O prefeito do Cabo de Santo Agostinho, Lula Cabral, também participou do debate e defendeu a necessidade de investimentos sociais e de infraestrutura nos municípios impactados pela atividade naval. Entre as prioridades apontadas, destacou a rodovia estadual PE-33, que dá acesso ao campus do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) no município. O deputado João Paulo do PT complementou a pauta mencionando a importância do Arco Metropolitano para melhorar a logística regional e facilitar o deslocamento dos trabalhadores.

No decorrer das discussões, foi enfatizado que a indústria naval vai além da construção de embarcações, envolvendo uma extensa cadeia produtiva que inclui metalurgia, engenharia, serviços especializados, logística, inovação tecnológica e formação técnica, com impactos significativos na geração de emprego e renda.

Representantes da bancada federal destacaram a importância do diálogo direto com ministérios estratégicos e com instituições de fomento, em especial o BNDES, para viabilizar linhas de crédito destinadas à modernização dos estaleiros, além da integração da pauta estadual às diretrizes da política nacional de conteúdo local.

Os representantes sindicais chamaram a atenção para os impactos sociais da retração do setor, que resultou na perda de milhares de empregos nos últimos anos, defendendo medidas voltadas à requalificação profissional e à recontratação de trabalhadores especializados. Já os representantes

empresariais apontaram desafios como insegurança jurídica, descontinuidade de encomendas e necessidade de inovação tecnológica para ampliar a competitividade.

No campo acadêmico e técnico, discutiu-se a relevância de parcerias com universidades e institutos de pesquisa para o desenvolvimento de embarcações mais eficientes e soluções voltadas à transição energética, ampliando a inserção da indústria naval pernambucana em novos mercados.

Ao final, consolidou-se o entendimento de que a retomada do setor naval exige uma agenda integrada entre o Legislativo estadual, o Governo de Pernambuco, a bancada federal e o governo federal, combinando financiamento, política industrial estruturante, qualificação profissional e articulação institucional. A audiência reforçou o papel da Frente Parlamentar como espaço permanente de diálogo e formulação de propostas voltadas ao fortalecimento da indústria naval em Pernambuco.

4. CONCLUSÕES DA FRENTE PARLAMENTAR

A análise dos debates realizados nas reuniões ordinárias, na audiência pública e das informações consolidadas no Relatório Final da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval permite concluir que a indústria naval possui caráter estratégico para o desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco, não apenas pelo seu potencial de geração de empregos diretos e indiretos, mas também pelo seu expressivo efeito multiplicador sobre a cadeia produtiva regional. Trata-se de um setor que articula segmentos industriais de alta complexidade tecnológica, como metalurgia pesada, engenharia naval, logística portuária, serviços especializados, fornecimento de equipamentos industriais e formação técnica profissional, sendo, portanto, elemento estruturante da base industrial do estado.

A consolidação do polo naval pernambucano, especialmente a partir da instalação dos estaleiros no Complexo Industrial Portuário de Suape, representou um marco relevante na interiorização do desenvolvimento industrial brasileiro, ampliando a participação de Pernambuco na indústria naval nacional e gerando impactos socioeconômicos significativos. Contudo, verificou-se que o modelo de expansão anteriormente adotado se mostrou altamente dependente de

encomendas vinculadas ao setor de petróleo e gás, especialmente da Petrobras e de suas subsidiárias, o que tornou o setor vulnerável às oscilações macroeconômicas, à descontinuidade de políticas públicas e à retração de investimentos ocorrida a partir de 2015.

A retração do setor produziu efeitos expressivos na economia estadual, com desmobilização de mão de obra qualificada, paralisação parcial ou total de estaleiros, redução da arrecadação tributária e aumento da ociosidade de infraestrutura industrial de grande porte. Ainda assim, constata-se que Pernambuco preserva ativos estratégicos relevantes, tais como infraestrutura portuária consolidada, áreas industriais adequadas, experiência técnica acumulada, trabalhadores qualificados e instituições de ensino superior capazes de contribuir com inovação e desenvolvimento tecnológico. Esses elementos configuram base concreta para uma retomada estruturada do setor, desde que haja coordenação institucional e previsibilidade de políticas públicas.

A Frente Parlamentar conclui, ainda, que a retomada da indústria naval não depende exclusivamente de iniciativas estaduais, exigindo necessariamente articulação federativa e alinhamento com a política industrial nacional. A previsibilidade de encomendas de embarcações, o acesso a financiamento de longo prazo, a segurança jurídica nos contratos públicos e o fortalecimento do conteúdo local são fatores determinantes para restaurar a confiança dos investidores e assegurar sustentabilidade ao setor. Ademais, a diversificação das atividades produtivas revela-se imperativa para reduzir a dependência de grandes contratos específicos, ampliando a atuação para segmentos como reparo naval, construção de embarcações de médio porte, apoio offshore, energias renováveis marítimas e cabotagem.

Conclui-se, portanto, que a indústria naval deve ser compreendida como política estratégica de desenvolvimento regional, cuja consolidação exige planejamento de longo prazo, inovação tecnológica contínua, estabilidade regulatória e cooperação institucional permanente entre Legislativo, Executivo, setor produtivo e instituições financeiras. A Frente Parlamentar reafirma seu papel como espaço de articulação, acompanhamento e proposição de medidas voltadas à revitalização sustentável do setor naval em Pernambuco.

4.1. Recomendações da Frente Parlamentar

Diante das conclusões apresentadas, a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval formula recomendações estruturadas com o objetivo de contribuir para a retomada consistente e sustentável do setor em Pernambuco.

No âmbito do Governo Federal, recomenda-se o fortalecimento da política industrial naval como política de Estado, com planejamento plurianual de encomendas públicas que assegure previsibilidade contratual aos estaleiros brasileiros. É imprescindível que a indústria naval seja integrada à estratégia nacional de desenvolvimento industrial e logística, especialmente em articulação com o setor de petróleo, gás e transição energética. Recomenda-se, ainda, o aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento e garantias, com fortalecimento do Fundo da Marinha Mercante, ampliação do acesso a crédito de longo prazo e criação de instrumentos que permitam equalizar a competitividade frente à concorrência internacional fortemente subsidiada. Também se sugere a reavaliação de dispositivos da Lei nº 14.301/2022 (BR do Mar), de modo a assegurar equilíbrio entre o estímulo à cabotagem e a preservação do conteúdo local e da indústria naval nacional.

No âmbito do Governo do Estado de Pernambuco, recomenda-se a adoção de medidas institucionais voltadas à superação de entraves regulatórios, ambientais e tributários que possam dificultar a retomada das atividades industriais. Sugere-se a implementação de política estadual específica de apoio à cadeia produtiva naval, com mapeamento de fornecedores locais, estímulo a arranjos produtivos e incentivos à inovação tecnológica. Recomenda-se, ainda, o fortalecimento de programas de qualificação e requalificação profissional em parceria com universidades, institutos federais e centros de pesquisa, assegurando que a mão de obra pernambucana esteja preparada para as novas demandas tecnológicas do setor, especialmente aquelas relacionadas à eficiência energética e sustentabilidade ambiental.

No âmbito dos municípios situados no entorno do polo naval pernambucano, especialmente nas áreas de influência do Complexo de Suape e do Estaleiro Atlântico Sul e Vard Promar, recomenda-se que atuem no fortalecimento do apoio logístico, com investimentos em infraestrutura viária

adequada ao transporte de cargas pesadas, melhoria da mobilidade urbana e ampliação dos serviços públicos essenciais, como saneamento e iluminação. No campo tributário, é importante avaliar políticas de incentivo relacionadas ao ISS, dentro dos limites legais e com responsabilidade fiscal, de forma a estimular a instalação de fornecedores e empresas da cadeia produtiva, garantindo contrapartidas em geração de emprego e desenvolvimento local.

Além disso, os municípios devem priorizar a formação de mão de obra qualificada por meio de parcerias com instituições técnicas e profissionalizantes, alinhando a oferta de cursos às demandas específicas do setor naval, como soldagem, caldeiraria, eletromecânica e engenharia. A criação de áreas industriais estruturadas, a desburocratização de licenciamentos e a atuação integrada com o Estado e o setor produtivo são medidas fundamentais para fortalecer o ambiente de negócios, ampliar a competitividade regional e transformar a indústria naval em vetor sustentável de crescimento econômico e inclusão social.

No que se refere à Transpetro e ao Sistema Petrobras, recomenda-se maior previsibilidade no planejamento de encomendas e cronogramas licitatórios, garantindo transparência e condições equitativas de participação aos estaleiros pernambucanos. É fundamental que os critérios técnicos sejam claros, estáveis e compatíveis com a capacidade instalada existente no estado, evitando concentração excessiva de contratos em determinadas regiões do país. A desconcentração regional das encomendas pode contribuir para fortalecer polos industriais já estruturados, como o de Suape, promovendo equilíbrio federativo no desenvolvimento industrial.

Por fim, a Frente Parlamentar recomenda a adoção de estratégia estruturante de diversificação produtiva, com incentivo à ampliação das atividades de reparo naval, construção de embarcações de médio porte, apoio à cabotagem e desenvolvimento de soluções voltadas à indústria de energias renováveis offshore. A inovação tecnológica deve ser eixo transversal dessa estratégia, com estímulo à pesquisa aplicada, digitalização industrial, automação e redução de emissões, alinhando o setor naval pernambucano às exigências ambientais e aos padrões internacionais de sustentabilidade.

A implementação dessas recomendações poderá contribuir para restabelecer a competitividade da indústria naval em Pernambuco, fortalecer a base industrial do estado, gerar empregos qualificados e consolidar o setor como vetor estratégico de desenvolvimento econômico sustentável e de longo prazo.

Diante do exposto, solicitamos o valoroso apoio dos nobres parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco para a aprovação deste Relatório.

DEPUTADO JOÃO PAULO DO PT

Coordenador-Geral